

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1895-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIZ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIZ CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MARGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Uma tarefa coletiva

digital#wsmuniz30@gmail.com



O desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas não será revertido sem que Executivo, Legislativo e Judiciário assumam a responsabilidade de rever seus gastos de forma realista

O País encerrou o ano com um déficit primário de R\$ 230,5 bilhões, o pior resultado desde 2020, quando teve início a pandemia de covid-19. É o equivalente a 2,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Diante da repercussão negativa da notícia, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, cobrou da opinião pública que levasse em consideração o fato de que o Executivo optou por pagar o calote imposto pelo governo anterior, de Jair Bolsonaro, aos credores de precatórios e aos governadores.

“Desses R\$ 230 bilhões, praticamente metade é pagamento de dívida do governo anterior e que poderia ser prorrogado para 2027. Nós achamos que não seria justo com quem quer que fosse o presidente na ocasião”, afirmou Haddad. “A opinião pública, formada e informada, deveria levar em consideração esse gesto do governo de colocar ordem nas contas no primeiro ano de governo.”

Antes mesmo de ser apresentada, no fim de 2021, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios foi duramente criticada por este jor-

nal. Nos estranhos tempos bolsonaristas, até mesmo o dever do Executivo de pagar débitos em dia, em cumprimento a decisões judiciais já transitadas em julgado, foi relativizado por motivos eleitoreiros – e, diga-se de passagem, com o aval da maioria da Câmara e do Senado.

Felizmente este erro foi corrigido. A regularização dos precatórios atrasados de 2022 e 2023 e a antecipação dos débitos deste ano custaram R\$ 92,3 bilhões aos cofres públicos, valor que ficou fora da apuração da meta por autorização do Supremo Tribunal Federal (STF). Excluídos os precatórios, portanto, o rombo fiscal atingiu R\$ 138,1 bilhões, ou 1,27% do PIB, nas contas do Tesouro Nacional. Como a meta ajustada admitia um rombo de até R\$ 213,6 bilhões, o governo julgou ter feito um excelente trabalho, embora o próprio ministro tenha se comprometido a perseguir um déficit de 1% do PIB.

Como era previsível, os bolsonaristas criticaram duramente o déficit, comparando-o ao superávit registrado em 2022, último ano do governo Bolsonaro. Obviamente, a claquer bolsonarista ignorou o fato de que esse superávit não teria sido possível sem o calote dos precatórios que a administração petista acabou de reverter.

Já os petistas dizem que o déficit entregue no primeiro ano do governo Lula da Silva poderia ter sido muito menor não fossem despesas que foram propositalmente antecipadas para facilitar o alcance da meta nos próximos anos.

Reconhecer que o desequilíbrio fis-

cal é estrutural e ultrapassa diferentes governos não é motivo para mudar a meta. Mesmo que atingi-la seja desafiador, mantê-la é a melhor maneira de conter os excessos do Executivo, do Legislativo e do Judiciário. Cumprir-la, no entanto, requer ações efetivas, e não recorrer a calotes, manobras, desculpas, descontos e toda sorte de interpretações criativas.

Para isso, é imperativo enfrentar as despesas de uma forma mais realista. Se é verdade que as políticas públicas que compõem o Orçamento não podem sofrer cortes radicais como os propostos por Bolsonaro em programas como o Farmácia Popular, sob pena de inviabilizá-los, também é fato que os gastos autorizados pela emenda constitucional da transição foram muito além do que o necessário para recompor esses programas.

Enquanto as despesas aumentaram 12,5% em relação a 2022, já descontada a inflação, as receitas tiveram queda de 2,8%, a despeito de todo o esforço do ministro Haddad para recuperá-las sem aumentar impostos.

Alcançar as metas fiscais e reverter a trajetória de crescimento da dívida demandará bem mais que contingenciamentos. O problema não vem de hoje, e a tarefa não é apenas do Executivo. O Congresso prega um discurso a favor da responsabilidade fiscal, mas não abre mão dos recursos para emendas parlamentares e o fundo eleitoral, enquanto o Judiciário e o Ministério Público consumiram 1,6% do PIB em 2021, quatro vezes mais que a média mundial. Sem um esforço coletivo, a conta não fecha. ●

O populismo de sempre

A cada episódio de violência na Cracolândia, renova-se a aposta no uso de força policial como solução simples para um problema complexo. Isso só funciona como parolagem eleitoreira

A irrupção de mais um caso de violência na região central da capital paulista, ocorrido na manhã do sábado passado, quando uma loja de materiais eletrônicos foi saqueada por frequentadores da Cracolândia, evidenciou que tanto o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) como o prefeito Ricardo Nunes (MDB) estão totalmente perdidos na formulação de políticas públicas inteligentes e coordenadas para acabar com aquela tragédia social, econômica e sanitária – ou ao menos mitigá-la e revitalizar o centro histórico da cidade de São Paulo.

Passadas as primeiras horas do ataque, Tarcísio prometeu enviar mais tropas da Polícia Militar (PM) em socorro do sr. João Paulo Souza, dono da loja invadida, e de outros comercian-

tes da região. “Teremos ações de aumento do efetivo para botar mais policiais nas ruas”, disse o governador, anunciando, ainda, a instalação de uma companhia da Força Tática da PM numa das vias que recebem o chamado “fluxo” da Cracolândia.

Ninguém com juízo haverá de ser contra o aumento do policiamento ostensivo numa região que sabidamente necessita de mais policiais para coibir a ação de criminosos. O problema é que o governador teve mais de um ano para planejar uma intervenção mais ampla e duradoura na Cracolândia. Mas, talvez afinado pelo diapasão eleitoral, tudo o que tem a oferecer é a “cavalaria” sob seu comando, para delírio dos que apostam na truculência como a melhor forma de abordagem de um problema muitíssimo complexo

cuja solução requer ações multidisciplinares. Força policial, por si só, jamais funcionou e jamais funcionará na Cracolândia.

Talvez sem se dar conta do que estava dizendo, na entrevista que deu a este jornal, o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, lamentou há poucos dias que “o centro de São Paulo é lindo, mas acabou”. Falando como se não fizesse parte do governo do Estado, ente responsável, portanto, por oferecer segurança a todos os que desejam viver e trabalhar em São Paulo, o sr. Lima reconheceu que, “se criarmos um plano de atratividade, o investidor vem”. Que plano é esse, ninguém sabe. Afirmando estar “doído para ter um hotel cinco-estrelas na região”, o secretário ainda especulou que, “se amanhã abrir cassino no Brasil, cabe um cassino no centro” – como se o degradado centro paulista não pudesse se converter em Monte Carlo apenas pela vontade do governo.

O fato é que, durante a campanha eleitoral de 2022, o então candidato Tarcísio de Freitas colocou o fim da Cracolândia como uma das prioridades de seu futuro governo. A mesma promessa fora feita por Ricardo Nunes quando este assumiu a Prefeitura, em maio de 2021. Fazia sentido. Afinal, cada dia em que a Cracolândia segue como uma espécie de enclave no centro da maior metrópole do País – habitado

por dependentes químicos em estágio avançado e por criminosos que exploram sua miséria física e psíquica por dinheiro – é um dia a mais em que parece não haver alguém no comando nem no Palácio dos Bandeirantes nem no Edifício Matarazzo.

Até agora, porém, tanto Tarcísio como Nunes foram incapazes de apresentar aos paulistanos algo remotamente parecido com um plano inteligente para lidar com a Cracolândia em todas as suas múltiplas dimensões – não apenas como um problema de segurança pública. A cada crise na região, o governador limita-se a anunciar o reforço de intervenções policiais que não só estão longe de ser a solução ideal para o problema da Cracolândia, como ainda alimentam a espiral de violência que tem minado, uma a uma, todas as potencialidades de desenvolvimento da região central há mais de três décadas.

Qualquer pessoa de boa-fé entende que a Cracolândia é um problema de alta complexidade, cuja solução demanda a coordenação entre diferentes áreas da administração pública. Mas Tarcísio prometeu resolvê-lo. E não faltam ao Estado que ele governa recursos humanos e financeiros para fazê-lo. Se o governador não quer que sua promessa seja ressignificada como oportunismo eleitoral, passa da hora de apresentar um plano abrangente e definitivo para essa chaga paulistana. ●

PREMIUM AND DISTRIBUTED BY ASSOCIATED PRESS/REUTERS/GETTY IMAGES
Fotos: Paulo S. Monteiro/Contraste, Paulo S. Monteiro/Contraste, Paulo S. Monteiro/Contraste
P pressreader